

PODER E HEGEMONIA NAS ABORDAGENS TEÓRICAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA ANÁLISE DAS CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE TEORIAS OCIDENTAIS E CHINESAS

POWER AND HEGEMONY IN THEORETICAL APPROACHES TO INTERNATIONAL RELATIONS: AN ANALYSIS OF CONVERGENCES AND DIVERGENCES BETWEEN WESTERN AND CHINESE THEORIES

Amanda Ribeiro Lopes | amanda.lopes@acad.ufsm.br | Graduanda do Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e pesquisadora no Grupo de Estudos em Ásia-Pacífico (GEAP/CNPq)

Gabriela Tamiris Rosa Corrêa | gabriela.correa@acad.ufsm.br | Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGRI/UFSM) e pesquisadora no Grupo de Estudos em Ásia-Pacífico (GEAP/CNPq)

Bruno Hendler | bruno.hendler@ufsm.br | Professor Adjunto do Curso de Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria (PPGRI/UFSM) e coordenador do Grupo de Estudos em Ásia-Pacífico (GEAP/CNPq)

Recebimento do artigo Setembro de 2022 **Aceite** Novembro de 2022

Resumo: O artigo discute e compara abordagens ocidentais e chinesas sobre poder e hegemonia, com o intuito de verificar se a China tem inovado na criação de um novo programa de pesquisa científica (PPC) em relação às perspectivas mainstream desta temática. O trabalho (1) investiga o desenvolvimento da disciplina de Relações Internacionais (RI) no Ocidente e na China, (2) descreve as premissas fundamentais dos PPCs Realista, Liberal, Marxista e Construtivista; (3) explora abordagens ocidentais e chinesas sobre poder e hegemonia; e (4) efetiva a análise comparativa. Trata-se de um trabalho exploratório, que busca, primeiramente, identificar e sistematizar abordagens sobre os conceitos de poder e hegemonia na China, para, posteriormente, interpretar as convergências e divergências com as do Ocidente. Os resultados apontam para uma perceptível semelhança entre as perspectivas, explicada, primordialmente, pelo Realismo Moral de Yan Xuetong (Realismo Clássico e Neorealismo) e pela Teoria da Relacionalidade de Qin Yaqing (Construtivismo e Teoria Crítica). Assim, parece haver um processo de adequação conceitual das Teorias de RI ocidentais por parte dos pesquisadores chineses, com a incorporação de elementos do pensamento tradicional do país. **Palavras-chave:** China; Teorias de Relações Internacionais; hegemonia; poder.

Abstract: The article discusses and compares Western and Chinese approaches to power and hegemony, with the aim of verifying whether China has innovated in the creation of a new scientific research program (PPC) in relation to the mainstream perspectives on this issue. The work (1) investigates the development of the discipline of International Relations (IR) in the West and China, (2) describes the fundamental premises of the Realist, Liberal, Marxist and Constructivist PPCs; (3) explores Western and Chinese approaches to power and hegemony; and (4) carry out the comparative analysis. It is an exploratory work, which seeks, heard, identified and systematized approaches on the concepts of power and hegemony in China, to subsequently interpret the convergences and divergences with the West. The results point to a perceptible similarity between the perspectives, explained primarily by Yan Xuetong's Moral Realism (Classical Realism and Neorealism) and Qin Yaqing's Theory of Relationality (Constructivism and Critical Theory). Thus, there seems to be a process of intuition of Western IR Theories by Chinese researchers, with the incorporation of elements of the country's traditional thinking. **Keywords:** China; Theories of International Relations; Hegemony; Power.

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de estudos chineses de Relações Internacionais (RI) tem acompanhado seus estágios de crescimento econômico e inserção no sistema capitalista, em que há, atualmente, discussões sobre a possibilidade de uma transição hegemônica com relação aos Estados Unidos (EUA). Perspectivas ocidentais sobre ascensão e queda de grandes potências e poder existem desde a formação da disciplina. Entretanto, na China, estes estudos são recentes. Este manuscrito, de cunho exploratório, discute e compara abordagens ocidentais e chinesas sobre poder e hegemonia, com o intuito de verificar se a China tem inovado na criação de um novo programa de pesquisa científica (PPC)¹ em relação às perspectivas mainstream desta temática. Para isso, o trabalho (1) investiga o desenvolvimento

¹ Um programa de pesquisa científica (PPC) compreende uma série de teorias vinculadas a certas premissas comuns. Cada programa é constituído de um núcleo duro, que abarca as premissas fundamentais; de uma heurística negativa, que proíbe os pesquisadores do programa de refutar as premissas do núcleo; e de um cinturão protetor de hipóteses, que são premissas testadas, ajustadas e substituídas quando outras são evidenciadas (LAKATOS, 1998 [1978]). A TSM, por exemplo, apresenta como núcleo duro, assim como os estruturalistas da teoria da dependência, a premissa de que a estrutura possui, intrinsecamente, uma divisão internacional do trabalho em centro e periferia. Uma das inovações dos teóricos do sistema-mundo foi a inclusão de mais um conceito nas análises: o de semiperiferia.

da disciplina de Relações Internacionais (RI) no Ocidente e na China, (2) descreve as premissas fundamentais dos PPCs Realista, Liberal, Marxista e Construtivista; (3) explora abordagens ocidentais e chinesas sobre poder e hegemonia; e (4) efetiva a análise comparativa.

Neste trabalho, são analisados os trabalhos dos autores chineses Qin Yaqing, Yan Xuetong e Zhao Tingyang, que também foram citados em pesquisas de Marcos Costa Lima et al. (2020) e Pedro Barbosa (2021). Os resultados, em geral, apontam para a escassez de teorias e conceitos inovadores na China. Isto é, a visão de Qin Yaqing (Racionalidade Relacional) se assemelha às de Alexander Wendt (Construtivismo) e de Robert Cox (Teoria Crítica); a de Yan Xuetong (Realismo Moral) às de Hans Morgenthau (Realismo Clássico) e Robert Gilpin (Neorealismo); e a de Zhao Tingyang (Tianxia), em partes, às de Robert Gilpin (Neorealismo) e de Immanuel Kant (Paz Perpétua). Em suma, observa-se um crescimento da produção chinesa em RI, mas muitas das premissas teóricas que sustentam o “núcleo duro” de um PCC se baseiam em noções ocidentais de poder, hierarquia, legitimidade e liderança. O diferencial das perspectivas chinesas se relaciona à incorporação de elementos tradicionais da cultura e da filosofia do país, aplicadas ao século XXI.

Para além desta introdução (1) e das considerações finais (4), o artigo se divide em duas seções. Na segunda seção (2), é explorado o desenvolvimento e a institucionalização da disciplina de RI no Ocidente e na China, sobretudo a partir da Primeira Guerra Mundial. Na terceira (3), são analisadas as correntes teóricas de RI (realismo, liberalismo, marxismo e construtivismo) e seus pressupostos básicos. Também, são descritas as concepções sobre poder e hegemonia para teóricos ocidentais (Hans Morgenthau, Robert Gilpin, Joseph Nye, Alexander Wendt e Robert Cox) e chineses (Qin Yaqing, Yan Xuetong e Zhao Tingyang). A partir deste panorama, discute-se as similitudes e divergências entre as teorias analisadas. Por fim, na quarta seção (4), são delineadas algumas considerações finais.

2. O DESENVOLVIMENTO DA DISCIPLINA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO OCIDENTE E NA CHINA

Embora existam indícios antigos de estudos sobre os fenômenos internacionais, comumente, a institucionalização de RI como disciplina é datada no imediato pós-primeira guerra (1919), através da cátedra Woodrow Wilson de Política Internacional na Universidade de Aberystwyth, no país de Gales. A criação, na década de 1920, do Royal Institute of International Affairs (atual Chatham House), em Londres, e do Council on Foreign Relations, em Nova York, também se inserem neste contexto de materialização da área de estudos no Ocidente (VIGEVANI; THOMÁZ; LEITE, 2014). Somam-se a estes fatos a criação, nos EUA, da revista *Foreign Affairs*, uma das revistas mais importantes da área. Também, o relatório intitulado *Survey of International Affairs* (da Chatham House, 1920) serviu como guia para as principais discussões da área naquele período (SATO, 2015; MENDES, 2019).

No contexto da Primeira Guerra Mundial, a gênese das RIs como ciência ocorreu a partir da identificação das causas de grandes conflitos entre as potências europeias e de formulações para a promoção da paz, estabilidade e cooperação. Assim, o lançamento dos Quatorze Pontos de Wilson e do embrião da ONU (Liga das Nações) consagraram-se como catalisadores da construção teórica em RI, especificamente da Corrente Liberal na sua concepção Idealista Clássica. Entretanto, a maturação da construção científica na disciplina ocorreu com o lançamento da obra *Vinte Anos de Crise*, de Edward Carr (1939). No livro, o autor criticou o idealismo propagado no pós-Primeira Guerra e, então, o Realismo Clássico ascendeu, voltando a análise para como o sistema internacional realmente é: anárquico, permeado por disputas de poder e por Estados auto-interessados, egoístas, unitários e racionais, que buscam a sua sobrevivência através da autoajuda (VIOTTI; KAUPPI, 2012; SATO, 2015). Neste momento, o Realismo e o Liberalismo se consagraram como as principais correntes do pensamento em RI, com seu foco, sobretudo, na política das grandes potências.

O fim da Segunda Guerra, a emergência da Guerra Fria e a descolonização afro-asiática marcaram o término do imperialismo formal europeu e a inserção de novos atores internacionais. Estes novos Estados, em conjunto daqueles que não adentravam na dinâmica de poder militar das grandes potências, buscavam a construção de um sistema alternativo, mais seguro, com sua inserção autônoma através do desenvolvimento econômico e da maior representatividade política. Então, a assincronia existente entre as perspectivas de RI vigentes com a realidade destes países catalisou a construção de novos aparatos teóricos sob o viés decolonial (CAIXETA, 2018), inspirados no Marxismo. Ao mesmo tempo, os estudos de RI no Ocidente passaram a se voltar para as questões metodológicas, com a ascensão do Behaviorismo e do Tradicionalismo (PEREIRA; ROCHA, 2014).

Para Robert Cox (2021, [1981]), toda teoria serve para alguém e algum propósito, mesmo que se defenda a universalidade das teorias ocidentais. Hoje, os EUA são a maior potência do sistema internacional e da geração científica de RI (DECOL; SILVA, 2019) e, então, para quem e para o que servem as suas perspectivas? Não obstante, atualmente, discussões sobre o relativo enfraquecimento econômico dos EUA frente a China são recorrentes, assim como análises sobre a possibilidade de uma transição hegemônica entre os dois países. Como salienta Caixeta (2018), há uma interação entre o poder econômico-político e o saber científico e entre o capitalismo e a ciência. Portanto, a análise da formação da disciplina de RI na China frente ao seu progresso econômico é elementar para, posteriormente, verificar a geração teórica no país relativa às abordagens ocidentais.

Marcos Costa Lima et al. (2020) destacam que, com a fundação da República Popular da China (RPC), em 1949, cria-se um entendimento sobre a necessidade de estudar o lugar do país nas relações internacionais. Qin Yaqing (2010) apresenta uma divisão temporal em três fases para retratar este fenômeno. A primeira se refere aos anos 1953-1964, em que houve a criação do primeiro departamento de Relações Internacionais na Universidade de Renmin (1953) e a criação da China Foreign Affairs University (1955), uma instituição pública voltada para a formação de diplomatas. Nesta etapa inicial, os estudos se voltavam às necessidades da China recém independente, como a profissionalização da prática diplomática, e não necessariamente ao desenvolvimento de perspectivas universalizantes de RI. Li Shaojun (2020) ainda denota que foram criados centros e institutos de pesquisa (como o Centro de Estudos Indianos, na Universidade de Sichuan, e o Instituto de Estudos Internacionais da China, vinculado ao Ministério de Relações Exteriores), e foram lançadas revistas (como Estudos Internacionais, Estudos do Sudeste Asiático, e Asia and Africa Review, em 1959). Para o autor, os estudos chineses desta época abarcavam o movimento comunista internacional, a descolonização afro-asiática e a diplomacia dos países desenvolvidos, mas ainda não havia a criação de teorias básicas, metodologicamente organizadas.

O segundo estágio observado por Qin (2010) abrange o período de 1964-1979, em que houve a definição de estudos por parte de departamentos de política internacional em três universidades: Universidade de Pequim, Universidade de Renmin e Universidade de Fudan. Na primeira, buscava-se compreender os movimentos independentistas do terceiro mundo; na segunda, os movimentos comunistas globais; e na terceira, as perspectivas ocidentais de RI. Ainda hoje, existe uma diferenciação no foco de estudos destas universidades: em Pequim, há uma concentração de pesquisas sobre a Ásia e América Latina; em Renmin, sobre a Ex-URSS e o Leste Europeu; e em Fudan, sobre os EUA e a Europa Ocidental (LIMA et al., 2020). Li Shaojun (2020) salienta que, nesta segunda fase, a partir das dinâmicas da Guerra Fria, houve a criação da Teoria dos Três Mundos², uma teoria soft de RI, relacionada ao pensamento de Mao Zedong sobre o delineamento da política externa do país (ACHARYA; BUZAN, 2010). Tem-se, assim, uma ampliação das temáticas de RI abordadas na RPC (LI, 2020; LIMA et al., 2020).

A terceira fase identificada por Qin (2010) coincidiu com as reformas de Deng Xiaoping e a inserção plena do país na economia-mundo capitalista (1980-). “A abordagem de Deng, mais positiva quanto à ordem internacional, se tornou central” (LIMA et al., 2020, p. 9-10). Para Shaojun (2020), esta fase pode ser subdividida em duas etapas: (1) uma de desenvolvimento (anos 1980) e (2) outra de maturação primária (a partir dos anos 1990). Na primeira, se expande o contato dos pesquisadores chineses com as teorias de RI ocidentais, sendo três obras o marco deste período: os artigos A Brief Introduction of Contemporary Western International Relations Theories (1981) e Basic Methods of International Relations (1982); e o livro On the International Stage: A General Introduction of Modern Western International Relations Studies (1985), de Chen Hanwen. É nesta etapa que cresce o movimento Learning through translation, como apontado por Qin Yaqing (2007), que se materializa a partir da tradução chinesa de obras como Politics Among Nations (Hans J. Morgenthau) e Theory of International Relations (Stephen Waltz). A tradução catalisou o estabelecimento da disciplina de RI na China e marcou a influência dos padrões de teorização de RI do Ocidente para alguns autores chineses (QIN, 2007).

Ainda nesta etapa também foram criadas mais instituições de pesquisa de RI (Instituto de Relações Internacionais Contemporâneas da China, vinculado ao Ministério de Segurança), houve o lançamento de novos periódicos e a criação de programas de mestrado e doutorado em RI (nas Universidades de Pequim, Fudan e Renmin) (LI, 2020). Em 1987, ocorreu o 1º Simpósio de Teorias de Relações Internacionais (Xangai), que: “[...] marcou uma tentativa oficial, impulsionada pelo [PPC] de contestar a autoridade do pensamento então vigente”, geralmente voltado à experiência capitalista ocidental (BARBOSA, 2021, p. 4).

Na etapa inicial de maturação (a partir dos anos 1990) tem-se o prelúdio de ensaios teóricos próprios e de (re)interpretações das

² Ver: AN, Jiang. Mao Zedong's "Three Worlds" Theory: Political Considerations and Value for the Times. Social Sciences in China, v. 31, n. 1, p. 35-57, 2013.

teorias de RI ocidentais, como Qin Yaqing em sua reflexão sobre o institucionalismo neoliberal (1998) e Liu Yongtao sobre o construtivismo (1998). Nos anos 1990, os estudos de RI na China “eram em grande parte da perspectiva macroscópica. Os principais temas abordavam características da época, padrão mundial, grandes conflitos, guerra e paz” (LI, 2020, p. 15). Como exemplos de livros teóricos de RI deste período, tem-se: Teoria Básica das Relações Internacionais (1991), de Cheng Yi e Yang Hongyu; Nova Teoria das Relações Internacionais (1994), de Feng Shaolei et al.; e Introdução às Relações Internacionais Contemporâneas (1996), de Yu Zhengliang. Este período também tem sido caracterizado por debates metodológicos, em que alguns pesquisadores defendem o método marxista e outros enfatizam os positivistas (empíricos e observacionistas). Dois marcos da referida etapa são o “Simpósio Internacional sobre o Desenvolvimento da Disciplina de Relações Internacionais na China: Um Desafio Cruzado” (1991) e, mais recentemente, os debates sobre a existência ou não de uma Escola Chinesa de RI³ (LI, 2020; BARBOSA, 2021).

Neste período, o conceito de soft power, criado por Joseph Nye, foi introduzido nas academias chinesas de RI, sobretudo a partir da publicação do artigo *Culture as National Power: Soft Power* (1993), de Wang Huning. Atualmente, existem três escolas de pensamento sobre o Soft Power Cultural da China, que abarcam, justamente, a importância da cultura chinesa para a sua inserção na política internacional. O conceito de soft power cultural, criado por Wang Huning, salienta que a cultura, além de servir de base para a definição de políticas nacionais, é um instrumento fundamental para influenciar outros países (WU, 2018). Dessa maneira, no entendimento de Wang Huning, a cultura milenar da China é a principal fonte do soft power chinês, devido à sua longa história, sua diversidade, suas grandes tradições, seus simbolismos e valores, e seus registros textuais (sobretudo de pensamentos filosóficos). “Esses escritos argumentam que os valores culturais tradicionais chineses [...] são a base do apelo cultural chinês [...] que poderia fornecer alternativas [...] na pós-industrialização” (LI, 2008, p. 292, tradução nossa).

Neste sentido, a teorização de Relações Internacionais na China, principalmente nos dias atuais, pode ser analisada a partir de 3 fontes de estudos: (1) tradição histórica, filosófica e cultural local; (2) teorias ocidentais de RI e sua reinterpretação; e (3) perspectivas marxistas que contribuem para o desenvolvimento de teorias de RI com características chinesas. “O caso da China é interessante porque está em clara justaposição a muitos conceitos ocidentais centrais de Teorias de RI” (ACHARYA; BUZAN, 2010, p. 226, tradução nossa). O conceito de Tianxia (que enfatiza a harmonia, a hierarquia e a ordem), por exemplo, se contrapõe à visão Westfaliana e hobbesiana do sistema internacional, assim como o sistema tributário chinês na era imperial (QIN, 2010)⁴. Não obstante, Acharya e Buzan (2010) salientam que, no caso de teorias asiáticas, há maior probabilidade de adaptação dos debates ocidentais às dinâmicas internas. Então, nas próximas seções, serão analisadas correntes teóricas de RI e as perspectivas ocidentais e chinesas (no que concerne aos conceitos de poder e hegemonia), para que seja possível analisar se, nas últimas, há apenas uma adequação das teorias ocidentais ou a criação de novas visões de mundo.

3. AS CORRENTES TEÓRICAS DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS: REALISMO, LIBERALISMO, MARXISMO E CONSTRUTIVISMO.

O Realismo na disciplina de Relações Internacionais emergiu no período entre-guerras, a partir da obra *Vinte Anos de Crise* (Edward Carr), preocupando-se, principalmente, com questões relativas à maximização do poder e da segurança dos Estados. Ainda hoje, o Realismo é a corrente dominante nas análises de RI, principalmente nos estudos sobre as relações entre as grandes potências, como China, Rússia e Estados Unidos. Esta corrente abarca as teorias Realistas Clássicas (Edward Carr e Hans Morgenthau), as Estruturais (Kenneth Waltz, Susan Strange e John Mearsheimer), as Hegemônicas (Abramo Organski e Robert Gilpin) e as Neoclássicas (Randall Schweller e Stephen Brooks). Possui como inspirações os escritos de Sun Tzu (séc. VI-V a.C), Tucídides (séc. V a.c), Nicolau Maquiavel (sécs. XV-XIV) e Thomas Hobbes (sécs. XVI-XVII) (VIOTTI; KAUPPI, 2012).

Os pressupostos básicos do Realismo são os seguintes: (1) a natureza humana é egoísta; (2) o sistema internacional é anárquico; (3) por ser anárquico, o sistema é naturalmente competitivo e conflituoso; (4) os Estados, que são unitários e racionais, são os principais atores deste sistema, principalmente as grandes potências; (5) através da autoajuda (e, em casos específicos, de alianças), os Estados buscam maximizar o seu poder relativo (militar) para aumentar a sua segurança (VIOTTI; KAUPPI, 2012; ANTUNES; CAMISÃO, 2017). Para

³ Devido à extensão, esta discussão não está no escopo do artigo. Para saber mais, ver: BARBOSA, Pedro H. B. O pensamento chinês e a teoria de Relações Internacionais: uma Escola Chinesa de RI? *Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 1-22, 2021.

⁴ No tocante à tradição histórica, filosófica e cultural há toda uma literatura que aborda os traços de diplomacia, guerra, comércio de longa distância e simbolismos que compunham uma espécie de sistema internacional da Ásia Oriental centrado na China. O auge deste sistema teria ocorrido entre os séculos X e XV com as dinastias Song (do Norte e do Sul), Yuan e começo dos Ming. Para aprofundamento, ler: Hendler, 2018; Kang, 2010; Zhang, 2009; Zhou, 2011; Shu, 2011; Lee, 2017.

o Realismo, o sistema internacional tem um caráter hobbesiano e incerto, em que prevalece um jogo de soma-zero entre os Estados. De forma geral, dentro desta corrente, o poder é definido pela capacidade relativa de projetar os recursos militares. Então, uma vitória militar precede uma transição hegemônica.

A segunda corrente teórica de RI é a Liberal, que emergiu no pós-Primeira Guerra a partir de sua vertente Idealista, mas que ganhou força somente no pós-Segunda Guerra com a criação de instituições internacionais sob a hegemonia norte-americana. As pesquisas de cunho liberal frequentemente se referem à capacidade de governança das organizações internacionais (e no seu papel de incorporação sistêmica de potências ascendentes rivais ao status quo, como a China), do aprofundamento da interdependência econômica entre os atores e da democracia como um instrumento capaz de evitar guerras. Esta corrente abarca as teorias Funcionalistas (David Mitrany, Karl Deutsch e Ernst B. Haas), da Interdependência (Robert Keohane e Joseph Nye), do Institucionalismo Neoliberal (Joseph Nye, Robert Keohane, Lisa Martin e John Ikenberry) e da Paz Democrática (Michael Doyle). Dentre as inspirações teóricas, destacam-se os escritos de John Locke (sécs. XVII-XVIII), Jeremy Bentham (sécs. XVIII-XIX) e Immanuel Kant (sécs. XVIII-XIX) (CASTRO, 2012).

Os pressupostos básicos do Liberalismo são os seguintes: (1) a natureza humana não é, necessariamente, egoísta; (2) o sistema internacional é anárquico; (3) apesar de ser anárquico, o sistema é cooperativo; (4) os Estados são racionais e, através da cooperação, buscam minimizar os riscos e maximizar os ganhos (absolutos); (5) os Estados não são atores unitários, pois resultam da interação com a sociedade; (6) existem outros atores sistêmicos para além dos Estados, como as organizações internacionais, as empresas transnacionais e as ONGs; (7) juntamente com os grupos domésticos, estes atores moldam as preferências dos Estados; (8) o livre-comércio, a interdependência econômica e a democracia promovem estabilidade (VIOTTI; KAUPPI, 2012). Para o Liberalismo, o sistema internacional tem um caráter lockeano e pacífico, em que permeia um jogo de soma positiva entre os Estados, que buscam materializar os seus interesses primordiais através da cooperação. Na corrente Liberal, o poder é concebido a partir da interdependência assimétrica entre os Estados, em que as capacidades militares, econômicas e políticas são utilizadas para moldar as relações de interdependência em distintas áreas de interesse nacional e internacional e em distintos centros de decisão, como nas organizações internacionais.

A terceira corrente teórica de RI é a Marxista, que desde os anos 1970 tem conquistado mais espaço nas análises da disciplina, sobretudo no que tange ao posicionamento dos países na hierarquia global, o papel das classes nacionais e transnacionais e a centralidade das assimetrias econômicas na manutenção do status quo. As perspectivas derivadas da corrente marxista prezam pela análise histórica do capitalismo e de suas dinâmicas para a diferenciação sistêmica entre os atores centrais e periféricos, como fez Rui Mauro Marini, em 1973, em seu estudo sobre a integração dependente dos Estados latino-americanos neste sistema (MARINI, 2017). Esta corrente abarca as teorias do Estruturalismo Latino-americano (Raul Prebisch, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Rui Mauro Marini e André Gunder-Frank), a Teoria do Sistema-mundo (Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Beverly Silver) e a Teoria Crítica (Robert Cox, Timothy J. Sinclair, Fred Halliday), que também é pós-positivista. Dentre as inspirações teóricas, destacam-se os escritos de Karl Marx (séc. XIX), Rosa Luxemburgo (sécs. XIX-XX), Antonio Gramsci (sécs. XIX-XX), John A. Hobson (sécs. XIX-XX), Vladimir Lenin (sécs. XIX-XX) e Leon Trótski (sécs. XIX-XX) (VIOTTI; KAUPPI, 2012).

Os pressupostos básicos da corrente Marxista são os seguintes: (1) as relações entre Estados ocorrem no sistema global capitalista, que é desigual; (2) este sistema e seus determinantes, como a divisão internacional do trabalho (DIT), devem ser a unidade de análise; (3) existem mecanismos estruturais que impedem o desenvolvimento igualitário dos países; (4) a desigualdade econômica histórica entre os Estados impacta no seu desenvolvimento cultural, político, social, ideológico e educacional contemporâneo; (5) para além dos Estados, as classes domésticas e transnacionais atuam no sistema; (6) a natureza do sistema é conflitiva, devido às lutas de classe (VIGEVANI et al, 2011). Neste sentido, o poder define-se a partir do controle dos meios de produção das classes econômico-financeiras dominantes que localizam-se nos países que impulsionaram o desenvolvimento do capitalismo. O Estado hegemônico é, assim, o motor da acumulação sistêmica destas classes. Para manter o controle econômico, o hegemona promove sua ideologia dominante e projeta suas capacidades militares.

Alexander Wendt, através do artigo *Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics* (1992), fundou a abordagem Construtivista de RI, que é uma perspectiva social. Para o autor, agente e estrutura/instituição são co-constituídos, isto é, não há antecedência ontológica de nenhum deles, pois a influência é mútua. Assim, os interesses nacionais, a anarquia, a autoajuda e a política

de poder são construções sociais, e não características exógenas dadas pelo sistema interestatal (crítica ao racionalismo). “As pessoas [e os Estados] agem relativamente aos objetos, incluindo outros atores, com base no significado que os objetos têm para elas” (WENDT, 2013, p. 429), por isso, a anarquia e a distribuição de poder são insuficientes para explicar as relações de amizade e inimizade entre Estados, devendo-se considerar os entendimentos, as expectativas, as identidades e os interesses individuais e coletivos. “O poder militar dos Estados Unidos tem um significado diferente para o Canadá e para Cuba, a despeito de suas posições ‘estruturais’ semelhantes” (WENDT, 2013, p. 429). Compreendidas as origens teóricas e os principais pressupostos das correntes tradicionais de Relações Internacionais, passemos agora ao entendimento sobre o conceito de poder para autores ocidentais de RI.

3.1. ASCENSÃO E QUEDA DE GRANDES POTÊNCIAS E PODER: PERSPECTIVAS OCIDENTAIS

Dentro da corrente Realista, destaca-se Hans Morgenthau, um dos pioneiros do realismo clássico na disciplina de RI. Em sua obra *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace* (1948), buscou estudar as dinâmicas que moldam as relações entre as nações e os delineamentos da política externa norte-americana no pós-Segunda Guerra. Para ele, (1) a política é governada por leis objetivas que refletem a natureza humana racional (busca pela sobrevivência); (2) os interesses estatais decorrem do poder; (3) a ideia dos interesses definidos como poder é universalmente aceita, mas seu significado não é fixo; (4) os princípios morais universais são guias da política externa [promovendo legitimidade às ações dos Estados], mas são subordinados aos interesses nacionais; (5) os princípios morais particulares não se identificam, necessariamente, com os universais, e não precisam ser aplicados universalmente; e (6) a política internacional é autônoma e não subordinada (MORGENTHAU, 2003).

O autor salienta que as ações de política externa são determinadas pela distribuição do poder no sistema internacional. Para ele, o poder é composto por recursos (1) tangíveis (mensuráveis) e (2) intangíveis. Nos primeiros tem-se: geografia, recursos naturais, tamanho populacional, capacidade industrial, tecnologia, forças armadas, armamentos, renda, etc. Nos segundos, encontram-se elementos ideológicos, psicossociais, morais, intelectuais, diplomáticos e culturais. Sua concepção de poder abarca uma dimensão material e outra simbólica, sendo caracterizado como uma relação social de influência. “Uma simples mudança de governo naquele país pode alterar posições internacionais assentadas nos planos político, estratégico, econômico, ambiental, etc.” (MORGENTHAU, 2003, p. XXXI). Então, a hegemonia se refere à capacidade de assegurar uma ordem política e securitária estável, por meio de uma liderança moral. Esta ordem não necessita se materializar em instituições internacionais (BIAO, 2017), como prezam os Institucionalistas Neoliberais.

Outra perspectiva dentro da corrente Realista é a Teoria da Estabilidade Hegemônica, de Robert Gilpin, que através de uma análise eclética, incorpora elementos da Economia Política Internacional (EPI) e da corrente Liberal de RI, dada a evolução dos debates na disciplina. Não obstante, por ser um autor realista, Gilpin considera que a sobrevivência e a segurança são os principais interesses, sobretudo das grandes potências, por isso, elas devem estar atentas às mudanças na distribuição das capacidades sistêmicas. Para ele, as organizações internacionais e regionais servem de instrumento aos interesses dos Estados e dificilmente possuem autonomia, ao passo que a hegemonia (e não o equilíbrio de poder) torna o sistema mais estável (GILPIN, 2001). O autor estabelece que o poder subdivide-se em dois: (1) poder material e (2) prestígio. O poder material refere-se aos recursos materiais do hegemona, como a superioridade econômica, militar e tecnológica. O prestígio diz respeito à credibilidade, alcançada através da promoção do internacionalismo neoliberal (por meio de instituições e bens públicos globais) e da construção de valores comuns. Assim sendo, uma transição hegemônica ocorre quando emerge uma potência insatisfeita com o status quo e/ou quando o hegemon perde sua capacidade de governança. Esta transição pode, ou não, ocorrer através de uma guerra (GILPIN, 1981).

Quanto à corrente Liberal de RI, Joseph Nye é um dos seus principais expoentes. Nos anos 1990, por meio da obra *Bound to lead: the changing nature of American power*, o autor criou o conceito de soft power. À época, através da compreensão dos fenômenos internacionais emergentes (como a globalização, a crescente interdependência econômica, a emergência de novos atores e de novos temas na agenda mundial, a governança norte-americana por meio de organizações internacionais, etc.), Nye chegara à conclusão de que os custos da utilização de recursos militares eram crescentes (NYE, 1990). Para o autor, o poder se materializa no smart power, que se refere à combinação entre o hard power (poder duro) e o soft power (poder brando). O poder duro trata-se dos instrumentos tangíveis, como os econômicos, militares e tecnológicos. O poder brando diz respeito aos recursos intangíveis, como a atração cultural e ideológica,

a diplomacia e o controle do conhecimento. Ambos componentes do smart power podem ser utilizados para coagir ou persuadir (criar consenso) (NYE, 2011). O hard power, por exemplo, pode ser materializado por meio de sanções econômicas (coerção) ou de ajuda financeira (persuasão). O soft power pode ser utilizado de forma negativa, através de discursos em organizações internacionais contra ações dos demais Estados (como tem feito os EUA em relação à Rússia após a invasão na Ucrânia), ou de forma positiva, através da provisão de bens públicos globais (como praticado pela China por meio da diplomacia das máscaras na pandemia de Covid-19). Destarte, a cooperação por meio de instituições internacionais caracteriza-se como um instrumento efetivo na materialização do poder, pois permite moldar a interdependência assimétrica.

Na corrente Marxista de RI, um dos autores centrais é Robert Cox, criador da Teoria Crítica. Em 1981, por meio do artigo Forças Sociais, Estados e Ordens Mundiais: Além das Teorias de Relações Internacionais (2021), Cox propôs o método das estruturas históricas para a análise da relação entre as forças produtivas, a formação dos Estados e a criação de ordens mundiais. Essas estruturas abarcam as relações entre Estados e constroem suas ações, pois são moldadas a partir de três forças que conformam as hegemonias e os criadores de ordens: capacidades materiais, ideias e instituições. “As capacidades materiais são potenciais produtivos e destrutivos” (COX, 2021, p. 22), como os recursos econômico-financeiros, militares, tecnológicos e naturais. Já as ideias se referem às noções comuns compartilhadas sobre determinados temas (como a noção de que regimes democráticos geralmente não entram em guerra) e aos pensamentos divergentes sobre as relações de poder e a ordem vigentes. As divergências permitem pensar cenários alternativos, enquanto as convergências apoiam a manutenção do status quo. As instituições emergem a partir da inter-relação entre capacidades materiais e ideias, ao mesmo tempo em que as reforçam. Então, “a hegemonia mundial pode ser descrita como uma estrutura social, uma estrutura econômica e uma estrutura política”. Assim, a ascensão e queda de grandes potências ocorre a partir do encaixe e desencaixe das três forças que compõem o poder hegemônico (COX; SINCLAIR, 1996, p. 137).

No Construtivismo, Alexander Wendt não define claramente o que é poder. Em sua percepção, ele é concebido a partir de interações, ideias e contexto cultural no qual os Estados se inserem, e não somente a partir de forças materiais. A distribuição de poder importa na medida em que há uma definição clara dos interesses nacionais, que são concebidos a partir de ideias. Neste sentido, as concepções materialistas (militares e econômicas) funcionam a depender do contexto, da interação e da natureza da anarquia: hobbesiana, lockiana ou kantiana. “É o ‘outro generalizado’ que decide se os Estados Unidos é um ator hegemônico, e não os Estados Unidos sozinhos” (WENDT, 1999, p. 177, tradução nossa). A materialidade é importante porque influencia no comportamento e nas possibilidades dos atores. Mas, no construtivismo, ideias, identidades e processos ideacionais (que surgem a partir de interações) são elementares para a percepção do outro e para o incremento (ou não) das forças materiais relativas.

A partir deste panorama sobre as quatro correntes teóricas de RI selecionadas e os autores ocidentais que as compõem, discute-se perspectivas chinesas no campo de estudos para verificar se há o desenvolvimento de um programa de pesquisa científica autônomo ou apenas uma adaptação das visões ocidentais abarcadas anteriormente no que concerne aos conceitos de poder e hegemonia. Busca-se verificar, também, se os autores chineses em análise se encaixam nos pressupostos da corrente realista, liberal, marxista e/ou construtivista.

3.2. ASCENSÃO E QUEDA DAS GRANDES POTÊNCIAS E PODER HEGEMÔNICO: PERSPECTIVAS CHINESAS

3.2.1. A ABORDAGEM RELACIONAL DE QIN YAQING

Qin Yaqing é um dos principais expoentes de RI na China e, como Robert Cox, acredita que as teorias são parciais, pois são criadas a partir de uma visão de mundo e de um contexto específico (QIN, 2018). O autor enfatiza que ainda não há uma teoria de Relações Internacionais propriamente chinesa, devido a fatores como: (1) a escassez de consciência sobre a característica internacional do país, (2) a dominância das teorias ocidentais, e (3) a ausência de um núcleo duro teórico (QIN, 2010). Não obstante, Qin é o grande idealizador do Movimento Escola Chinesa, que busca recorrer à trajetória histórica do país na construção teórica autônoma.

No livro *A Relational Theory of World Politics* (2018), Qin desenvolve a Teoria da Racionalidade Relacional e o conceito de Relacionalidade. O autor salienta que as sociedades podem ser divididas em dois tipos: (1) individualista e (2) relacional. A primeira é

característica dos países ocidentais, que são mais orientados aos indivíduos. A segunda é característica dos orientais, que se desenvolvem a partir de relações (como a sociedade confuciana chinesa e vietnamita, em que há uma relação hierárquica entre pai e filho, chefe e empregado, etc.). “Nessas sociedades orientais, o governo opera muito mais em termos relacionais do que através de regras e instituições formais” (MONTENEGRO, 2015, p. 239). Essa distinção advém do conceito imperial de Tiānxià (天下) ou “Tudo Sob o Céu”, em que o mundo não é definido e limitado claramente por fronteiras (como um sistema interestatal/internacional aos moldes ocidentais), mas sim, a partir de tudo que se encontra sob o céu e sobre a terra, sendo a China o Império do Meio (中国) (QIN, 2010).

De acordo com Reyes Herrera (2018), o legado filosófico de Tiānxià (天下) se relaciona a uma “visão particular de ‘um mundo’, autossuficiente, em que haveria “uma falta de consciência de internacionalidade porque não [existiria] dicotomia entre o ‘centro’ e os ‘outros’ (QIN, 2007 apud REYES HERRERA, 2018, p. 102, tradução nossa). Então, na visão de Qin Yaqing (2012), o sistema mundial Tiānxià, pensado a partir da história e da cultura chinesa, remete à uma família ampliada mundialmente, em que as bases confucianas para os laços familiares, caracterizados por hierarquia, obrigações recíprocas, harmonia e ajuda mútua, possibilitariam um sistema de nações mais harmonioso e cooperativo, em que a paz universal seria imperante. Neste sistema, não há discriminação e todos têm o direito de participar igualmente da agenda mundial, pois há a prevalência dos interesses de longo prazo do mundo inteiro e não apenas dos interesses individuais dos Estados. Portanto, o autor considera que tal sistema mundial é mais adequado para gerar ordem no século XXI, ao invés de um sistema internacional baseado nas capacidades coercitivas (QIN, 2012).

Portanto, neste tipo de sistema internacional, as interações ocorrem a partir de como os atores se veem (de valores e cálculo comportamental racional), ao mesmo tempo em que seus interesses e suas identidades são moldados a partir das relações com outros Estados (QIN, 2018). Então, para ele, as interações entre Estados levam a complementaridade e harmonia (Tiānxià), e não ao binarismo excludente e conflitivo (realismo). O estado de natureza se define pela Grande Harmonia e não pela anarquia hobbesiana (BARBOSA, 2021). Desta maneira, a partir de Reyes Herrera (2018), entende-se que a abordagem conceitual da China é baseada em uma perspectiva dialética, de harmonização. “A Relacionalidade enfatiza a conexão de todas as coisas do universo e na complexidade das relações entre vários atores nele, e a relação de relações é aquela que ocorre entre yin e yang, ou o que chamamos de meta-relação” (QIN, 2013, p. 9 apud REYES HERRERA, 2018, p. 104, tradução nossa).

Especificamente sobre o poder, Qin Yaqing (2021) salienta que este é composto por três itens: (1) poder material, referente ao que é tangível, como o poder econômico, militar e tecnológico; (2) poder institucional, que se refere à capacidade de criar e operar instituições internacionais universalmente aplicáveis; e (3) poder de legitimidade, que diz respeito à criação de mecanismos de consenso para a aceitação do hegêmona. “Os três poderes constituem as condições necessárias, suficientes e permissivas para a hegemonia, e a ordem hegemônica é a construção dos três poderes em uma trindade” (QIN, 2021, tradução nossa). Para ele, desde a crise de 2008, os EUA vêm perdendo força nas três bases necessárias do poder, enquanto a pandemia de Covid-19 marca o fim concreto da hegemonia norte-americana, da era dos hegemonismos e das ordens hegemônicas. O espraiamento do poder e a formação de uma ordem multipolar torna de difícil concretude a concentração dos três poderes em apenas um ou dois Estados centrais. Assim, o autor discorda da visão ocidental Realista sobre uma nova Guerra Fria sino-americana (QIN, 2021).

Deste modo, percebe-se que a Racionalidade Relacional de Qin se aproxima da abordagem Construtivista de Alexander Wendt, pois é parte de uma perspectiva social. No Construtivismo e na Relacionalidade, há co-constituição entre agente e estrutura. Então, a anarquia, os interesses e as identidades não são estáticos e não dependem exclusivamente do cálculo racional (como defendem os Realistas), alterando-se a partir de interações, ideias e valores compartilhados em determinado contexto. A abordagem de Qin se assemelha à de Wendt, ao incorporar a cultura como uma variável importante das relações internacionais, para além das instituições (Institucionalismo Neoliberal) e da distribuição de capacidades (Neorealismo) (QIN, 2018). Ao mesmo tempo, em sua visão sobre as mudanças e a harmonização de interesses a partir de relações, Qin remete sua perspectiva à corrente Liberal, que salienta a existência de um sistema cooperativo que gera benefícios mútuos mediante interdependência. Assim, a anarquia não é, necessariamente, hobbesiana. Verifica-se, também, que a visão de poder de Qin converge com a de Robert Cox, ao considerar e definir de forma semelhante três condições necessárias e suficientes para a hegemonia: (1) poder material (capacidades materiais); (2) poder de legitimidade (ideias); e (3) poder institucional (instituições).

Ao analisar a perspectiva de Qin, verifica-se uma adaptação eclética das teorias ocidentais. Para Barbosa (2021), uma de suas

principais contribuições tem sido buscar, na herança política, filosófica e cultural chinesa, explicações para os fenômenos internacionais, questionando a racionalidade advogada na academia ocidental. Entretanto, a teoria de Qin não se caracteriza como um novo paradigma científico na disciplina de RI. Além disso, no que se refere ao Movimento Escola Chinesa, encabeçado pelo autor, este ainda encontra dificuldades, uma vez que “pensar em uma Escola Chinesa unificada torna-se improvável visto a diversidade de pensamentos dentro do próprio país, dificultando a influência direta destas na comunidade acadêmica” (JIANGLI; BUZAN, 2016 apud LIMA et al.2020, p. 12). Isto pode ser explicado não somente pela diversidade de pensamentos existentes na China, mas sobretudo, nos termos de Lakatos (1998, [1978]), pelo fato de não haver premissas comuns que unam tais teorias em torno de um PPC unificado e distinto dos ocidentais. A busca pela construção do Movimento Escola Chinesa pode se caracterizar como um dos caminhos para tal PPC, mas este ainda não apresenta uma estruturação lakatosiana suficiente.

3.2.2. O REALISMO MORAL DE YAN XUETONG

Yan Xuetong também é um grande expoente de RI que, em seus trabalhos, recorre à filosofia, à cultura e aos pensamentos clássicos chineses no desenvolvimento de sua teoria do Realismo Moral (BARBOSA, 2021). Na obra *Leadership and the Rise of Great Powers* (2019), o autor salienta que os atributos de um hegemona são as ações morais, o poder e a autoridade, que constituem a tríade essencial para a perpetuação do status quo. Para Yan, a conformação de hegemonias produz estabilidade sistêmica, então, seus estudos se voltam à compreensão e explicação de como potências ascendem e não porque potências dominantes declinam. Neste sentido, as mudanças na distribuição de capacidades ajudam a explicar as alterações nas estratégias de grandes potências, mas não ajudam a explicar como essas disparidades no equilíbrio de poder passam a ocorrer. Em suas obras, Yan busca preencher esta lacuna (YAN, 2019).

A contribuição mais importante do realismo moral para a teoria do realismo é que o realismo moral trata a liderança das potências dirigentes como uma variável independente e atribui a mudança na configuração internacional ou equilíbrio de poder aos diferentes níveis de capacidade de reforma das várias lideranças. Isso nos ajuda a entender por que uma determinada potência em ascensão, mas não outras, pode atingir seu objetivo e por que um hegemon declina simultaneamente (YAN, 2020, p. 3, tradução nossa).

Para o autor, a eficiência da liderança política de um Estado em ascensão é um componente vital que determina as mudanças na distribuição de capacidades sistêmicas a seu favor, pois permite a projeção de seus recursos materiais e de sua influência ao redor do globo (através de reformas institucionais). Isto é, um Estado em ascensão obtém sucesso quando a sua “liderança política adota uma política externa de acordo com códigos morais universais” (YAN, 2019, p. 24, tradução nossa). Ao mesmo tempo, o enfraquecimento da liderança de uma potência dominante ocorre devido à prática de ações imorais (ou seja, daquelas que vão contra os padrões aceitos universalmente), como ocorreu com os EUA após a invasão ao Iraque (2003) sem a aprovação da ONU. Desta maneira, Yan (2019) atribui importância à moralidade, pois “o exercício da hegemonia não depende somente de poder material, mas também de um agir moral” (BARBOSA, 2021, p. 13).

Outrossim, em seus escritos, Yan Xuetong também preocupa-se em abordar a filosofia antiga chinesa como vital na compreensão da ascensão da China moderna. Segundo o mesmo, há uma sobreposição entre as escolas de pensamento chinês com as atuais escolas modernas de Relações Internacionais. Disso, tem-se que tal sobreposição apresenta “semelhanças entre confucionismo e idealismo, taoísmo e construtivismo e legalismo e realismo” (YAN, 2010). Para criar uma sociedade estável, existem diferenças nas abordagens da China moderna e da China antiga, visto que, enquanto a maior parte dos primeiros focam em condições econômicas, os últimos enfatizavam a liderança. Existem três categorias de liderança: (1) liderança humana, que se relaciona à moralidade na materialização do poder; (2) liderança hegemônica, que enfatiza o poder material e a credibilidade; e (3) tirania, que se trata do controle através do uso da força material. Yan ainda recorre ao filósofo Xunzi ao salientar que “aquele que usa o Estado para estabelecer a justiça será um rei sábio; aquele que estabelece confiança será um hegemon; e aquele que estabelecer um registro de conveniência e oportunismo perecerá” (YAN, 2019, p. 22, tradução nossa).

Deste modo, o tipo de liderança exercido afeta a distribuição de capacidades materiais à nível sistêmico (YAN, 2010). Para Yan (2019), este sistema internacional é composto por três componentes: atores internacionais, configuração entre atores e normas internacionais. Então, como um realista, o autor reconhece a existência de Estados com interesses nacionais e a natureza anárquica de tal sistema, mas estabelece que este, suas normas e seus paradigmas tecnológicos mudam de tempos em tempos. Portanto, há uma

necessidade dos formuladores de política externa dos Estados em definir seus interesses nacionais e quais abordagens serão utilizadas para alcançá-los a partir do conhecimento sobre o sistema internacional vigente. Por exemplo, antes da 1ª Guerra Mundial, as potências europeias disputavam a hegemonia através da conquista colonial de territórios não europeus; na Segunda Guerra, a estratégia passou a ser a anexação dos vizinhos; na Guerra Fria, EUA e URSS competiam a partir de guerras proxies em países subdesenvolvidos; e, atualmente, os EUA e a China empregam estratégias não violentas para competir, como a guerra comercial. Assim sendo, “uma vez consolidada, a liderança pode estabelecer novas normas internacionais que lhe permitam mudar a ordem normativa e até todo o sistema internacional” (YAN, 2019, p. 65, tradução nossa). Essas mudanças ocorrem apenas por meio das interações do Estado líder com os demais membros do sistema internacional (YAN, 2019).

Assim, em sua concepção (2019), a liderança internacional decorre de três componentes: (1) poder; (2) autoridade; e (3) moralidade. O poder (*quanli* 权力) se refere aos direitos e/ou deveres coercitivos legítimos, sendo composto por recursos tangíveis, como militares, econômicos, financeiros e tecnológicos. A autoridade (*quanwei* 权威) diz respeito ao prestígio e a confiança popular, conquistados a partir de recursos intangíveis, como liderança, influência e legitimidade internacional. A moralidade afeta diretamente a autoridade dos Estados, visto que ações morais aumentam a sua legitimidade e, conseqüentemente, a sua influência. Por outro lado, afeta indiretamente o poder, pois, primeiro, impacta na autoridade e, depois, resulta em mudanças nas capacidades materiais.

Assim, o poder (capacidades abrangentes, em sua concepção) abrange recursos materiais e imateriais, se materializando em quatro domínios: cultural (C), econômico (E), militar (M) e político (P). O político (P) é um elemento multiplicador dos demais [CC = (C+E+M) * P], pois influencia na distribuição das capacidades materiais sistêmicas. Na visão do autor, na disputa sino-americana atual, a China possui vantagem como potência em ascensão, tendo em vista a sua cultura milenar baseada na moralidade, na virtude e na ética, ou seja, na liderança humanista (YAN, 2013). Ao dar ênfase ao papel da moralidade de um líder político estatal, a análise de Xuetong (2019) estabelece que:

[...] Às vezes, quando o governo de um Estado em ascensão tem um senso de responsabilidade maior do que o Estado dominante, essa disparidade se manifesta na implementação de mais reformas [pelo primeiro] do que no segundo, o que gradualmente reduzirá a disparidade de capacidade entre eles. Se a situação durar várias décadas, a capacidade abrangente do Estado em ascensão alcançará ou até superará a do Estado dominante. O Estado em ascensão se tornará assim o novo Estado dominante (YAN, 2019, p. 193; tradução nossa).

Portanto, percebe-se que, assim como Gilpin (1981), Xuetong atribui ao hegemom o papel de estabilizador sistêmico. Entretanto, diferentemente do primeiro, o autor chinês não caracteriza a liderança a partir de uma ideologia dominante e messiânica, mas sim, de preceitos moralmente e universalmente aceitos. Sua perspectiva faz parte da corrente Realista por salientar a centralidade do Estado, a existência da anarquia internacional (apesar da ordem hierárquica), a necessidade dos Estados em concretizar os seus interesses e, principalmente, a constante busca pelo poder e pela posição hegemônica no sistema internacional (como argumenta Mearsheimer) (QIN, 2018). Sua teoria se assemelha também ao Realismo Clássico de Morgenthau (2003), que coloca a moralidade (universal e particular) como um dos princípios básicos da ação internacional.

No entanto, para o autor ocidental, os princípios morais são subordinados aos interesses nacionais e à busca pelo poder, enquanto para Xuetong, estes compõem o exercício e a manutenção do poder. O chinês ainda concorda com a perspectiva de Morgenthau de que a moralidade particular de um Estado não deve ser exportada pela força, mas sim, por mecanismos de atração e pelo exemplo (YAN, 2016). Seu pensamento converge com o Realismo Clássico de Morgenthau ao considerar a liderança a partir da perspectiva do estadista, ou seja, do tomador de decisões de política externa. Desta maneira, o pensamento de Xuetong retoma a tradição chinesa e expande a noção de moralidade no Realismo, para que sua perspectiva possa ser universalmente aplicada, mas, de acordo com Barbosa (2021), ainda não há consenso se esta se caracteriza como um novo paradigma de RI.

3.2.3. ZHAO TINGYANG E A TEORIA DE “TUDO SOB O CÉU”

Zhao Tingyang, em *Redefining a Philosophy for World Governance* (2019), explicita a sua teoria de “Tudo Sob o Céu” (Tiānxià 天下), que remonta o sistema Tiānxià da dinastia Zhou (século XI a.C.-256 d.C.), em que a China buscou unificar as sociedades asiáticas por meio de um sistema cooperativo e não baseado do uso da força, capaz de mitigar os conflitos étnicos (BARBOSA, 2021). À sua época, o Rei Zhou

não conseguia exercer o domínio territorial pretendido, uma vez que havia cerca de 1000 estados tribais, ao passo que o seu território era comparativamente menor. Ao não angariar sucesso no seu domínio pelo uso da força, o rei desenvolveu o Sistema Tianxia, um sistema “mundial” partilhado. Este era caracterizado por: (1) oferecer benefícios de adesão maiores do que aqueles de não-adesão para os estados; (2) garantir uma interdependência de interesses e benefícios mútuos entre seus participantes, a fim de gerar uma segurança universal e uma paz contínua; e (3) possibilitar o desenvolvimento de interesses públicos e de benefícios públicos para todos os participantes (ZHAO, 2019, p. 2-7).

Ademais, o sistema apresentava uma estrutura hierárquica tripartite, composta por: um Estado Suserano/Central (distrito em que o governante sistêmico era visto como o filho do céu e o centro do mundo, possuindo poderes para supervisionar e administrar); Estados Vassallos (que pagavam tributos ao Suserano); e Unidades Políticas Terciárias (que abrigavam subordinados que possuíam terras próprias dentro dos estados vassallos) (ZHAO, 2019). Para Zhao Tingyang, Tianxia foi um sistema mundial porque suas instituições serviam, à época, ao mundo inteiro (asiático), ao mesmo tempo em que não se considerava a existência de “estrangeiros”. Este sistema se opõe claramente à ordem Westfaliana criada pelo Ocidente (QIN, 2018). Nesta concepção, a unidade de análise é a própria estrutura (mundo) e não os Estados individuais (sistema interestatal).

A Dinastia Zhou foi a mais longa da história chinesa (800 anos), devido à prática do Sistema Tiānxià. Entretanto, Tingyang elenca que, embora a alta durabilidade, a Dinastia permaneceu cerca de 400 anos em guerra, em virtude dos conflitos travados pelos estados vassallos para angariar domínio. “A principal razão para isso foi que o estado suserano perdeu sua superioridade econômica e militar [...] e, como resultado, gradualmente perdeu sua credibilidade” (ZHAO, 2019, p. 16, tradução nossa). Neste ponto, apesar de não utilizar propriamente o conceito de “hegemonia”, a perspectiva assemelha-se com a Teoria da Estabilidade Hegemônica de Gilpin (1981), ao salientar que quando há um aumento nos custos de governança do Estado dominante e uma redução nos custos de se contrapor a este por parte dos ascendentes, o primeiro entra em processo de queda.

Por remeter à história antiga da China, Zhao (2009) sustenta que a prática do Tiānxià é de difícil aplicação universal e atemporal. Entretanto, o autor estabelece que algumas características deste sistema podem ser úteis: (1) ele é monárquico e possui certos elementos aristocráticos; (2) é composto por um governo central e subestados; (3) o governo central é responsável pela criação e manutenção de instituições, leis e normas mundiais, pela arbitragem e pelo controle de recursos compartilhados (como rios), sempre mantendo o bem-estar e a justiça comuns; (4) os subestados são independentes econômica e culturalmente, mas são obrigados a fazer contribuições ao governo central para a manutenção do bem comum; (5) há um equilíbrio institucionalmente estabelecido entre o governo central e os subestados, no que se refere ao controle de território, a força militar e a pujança econômica, para evitar a opressão do governo central; e (6) as pessoas são livres para migrar para qualquer subestado, pois não há nacionalismo. “Na filosofia chinesa, o mundo é mais considerado como um corpo político do que um objeto científico” (ZHAO, 2009, p. 11, tradução nossa). Por isso, em sua concepção, ainda não há uma verdadeira história mundial, visto sua marca europeia.

Uma história real do mundo deve começar com uma ordem mundial que narra uma vida compartilhada da humanidade. A ordem mundial não é aquela em que uma hegemonia ou grandes potências aliadas governam o mundo, mas uma que se baseia em interesses comuns universais de nações soberanas; não aquela em que um determinado país estabelece as regras do jogo para o mundo inteiro, mas aquela em que uma constituição global estabeleça as regras do jogo para todas as nações. O sistema Tianxia durante a Dinastia Zhou foi um experimento que testou o conceito de política mundial, bem como uma promessa para a verdadeira história mundial. Até agora, o mundo não se tornou Tianxia (ZHAO, 2019, p. 44, tradução nossa).

Zhao não tem uma perspectiva específica sobre o poder ou a hegemonia, pois sua visão remonta a um mundo harmônico e inclusivo distinto do sistema Westfaliano. De forma geral, sua visão sobre o processo de ascensão e queda de Estados é de que o mundo anárquico, como existe hoje, é injusto e caracterizado pelo caos, pois não há um governo mundial e nem uma visão de mundo universalmente aceitos para fazer com que o sistema seja um corpo político coerente (e não apenas geograficamente coerente). Este poderia ser alcançado por uma ordem mundial guiada pelo Tianxia e seus quatro elementos-chave: (1) a internalização do mundo, que se refere à não-exclusão e à inclusão de todos os atores no centro decisório mundial; (2) a racionalidade relacional, que prioriza não os interesses individuais, mas sim os interesses coletivos e a coexistência pacífica a partir das relações; (3) a melhoria confucionista, que se refere à busca de estratégias voltadas à melhoria de toda a sociedade mundial e não apenas de alguns indivíduos ou atores internacionais; e (4) o universalismo compatível, que se ancora na existência de relações simétricas racionais, independentemente dos

valores de cada sociedade. “Qualquer valor que não possa ser definido por relações simétricas representa apenas preferências pessoais ou valores específicos de um determinado grupo” (ZHAO, 2019, p. 59, tradução nossa).

Desta forma, no que concerne ao projeto de um mundo harmônico, cooperativo e pacífico, sua visão se assemelha ao liberalismo kantiano. Entretanto, diverge ontologicamente deste por considerar a existência de um governo mundial (imperial, monárquico e aristocrático) e defender a coexistência (não-exclusão) como condição necessária, ao passo que Kant defende o individualismo e a criação de uma associação mundial composta por Estados republicanos (Westfalianos). Em suma, a perspectiva de Zhao recorre diretamente à história chinesa e ainda levanta muitas dúvidas acadêmicas sobre a sua viabilidade, portanto, ainda não é considerada uma teoria científica (BARBOSA, 2021).

A tabela abaixo sintetiza o argumento desta subseção, em que as perspectivas chinesas analisadas não constituem um novo programa de pesquisa científica no sentido lakatosiano.

Quadro 1. Síntese analítica

Autor chinês	Abordagem	Semelhanças	Comentário
Qin Yaqing	(1) Racionalidade Relacional; (2) Poder: (a) poder material; (b) poder de legitimidade; (c) poder institucional;	(1) Construtivismo (Alexander Wendt); Liberalismo (harmonia de interesses); (2) Poder (Robert Cox): (a) capacidades materiais; (b) ideias; (c) instituições;	Adaptação eclética de perspectivas ocidentais, com incorporação de elementos políticos, filosóficos e culturais da China e com crítica à racionalidade advogada pelo Ocidente; não criou um novo paradigma dentro das RIs;
Yan Xuetong	(1) Realismo Moral; (2) Poder: (a) capacidades materiais; (b) autoridade;	(1) Realismo Clássico (Hans Morgenthau); (2) Poder (Robert Gilpin): (a) poder material; (b) prestígio;	Expande a noção de moralidade no realismo, mas ainda não há consenso se este se caracteriza como um novo paradigma de RI;
Zhao Tingyang	(1) Sistema Tianxia (Estado central, subestados); (2) Perda de capacidades do Estado central enfraquece a sua capacidade de governança sistêmica;	(2) Paz Perpétua (Immanuel Kant), composta por Estados republicanos; (2) Transição hegemônica ocorre quando emerge uma potência insatisfeita com o status quo e/ou quando o hegemon perde sua capacidade de governança (Robert Gilpin);	Recorre diretamente à história chinesa e ainda levanta muitas dúvidas acadêmicas sobre a sua viabilidade, portanto, ainda não é considerada uma teoria científica;

Fonte: elaboração dos autores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina de RI e as suas teorias são historicamente ocidentalizadas. Apenas recentemente elas têm sido discutidas nos países orientais. Na China, isto passa a ocorrer em meados dos anos 1950, com a criação do Departamento de RI na Universidade de Renmin, sobretudo a partir de estudos marxistas e revolucionários voltados às necessidades chinesas na época, como a profissionalização da diplomacia. A partir dos anos 1970, com a inserção no capitalismo e o reconhecimento internacional do país, as teorias ocidentais de RI foram introduzidas na China, ao mesmo tempo em que se realizavam estudos voltados ao movimento terceiro-mundista e à mobilização comunista mundial. A partir dos anos 1990 e sobretudo nos anos 2000, tem-se a maturação da disciplina, em que ocorre publicação de livros, criação de teorias, realização de simpósios e discussões acerca de uma Escola de RI Chinesa.

No trabalho, verificamos que as abordagens dos autores chineses têm sido criadas a partir de dois eixos: (1) tradição histórica, filosófica e cultural local; e (2) reinterpretação de teorias ocidentais de RI. A abordagem da relacionalidade de Qin Yaqing possui semelhanças com a perspectiva construtivista de Alexander Wendt, ao mesmo tempo em que sua conceituação de poder converge com a concepção da teoria crítica coxiana. Por seu turno, o realismo moral de Yan Xuetong remonta os preceitos básicos do realismo clássico de Morgenthau.

Entretanto, diferencia-se deste ao considerar a moralidade como parte constituinte do exercício e da manutenção do poder, e não como subordinada aos interesses nacionais e à busca pelo poder. Sua concepção sobre o papel estabilizador do hegêmona se assemelha à de Gilpin, mas diferencia-se no instrumento de manutenção da hegemonia (ideologia dominante versus princípios morais universais). Por fim, a abordagem Tianxia de Zhao Tingyang caracteriza-se como a mais distinta, por se tratar de um projeto de ordem harmônica oposta à Westfaliana ocidental e semelhante à da China imperial. Este projeto idealista se assemelha ao kantiano na busca de paz e harmonia, mas difere por prever a criação de um governo mundial e o fim do sistema de Estados soberanos como conhecemos hoje.

Desta forma, de acordo com Qin Yaqing (2010) e Barbosa (2021) ainda não há uma teoria de Relações Internacionais propriamente chinesa. O desenvolvimento da disciplina, como salientado anteriormente, é predominantemente ocidental, e demorou para ser desenvolvido na China. Além disso, os contatos acadêmicos com o Ocidente e a introdução de teorias ocidentais no país (a partir das reformas dos anos 1970-80), contribuíram para que, neste momento, houvesse apenas traduções e adaptações destes estudos para a China. Não houve, assim, a criação de um novo programa de pesquisa no país que permitisse uma diferenciação do que tem sido feito no Ocidente. “O estudo de esquemas realistas, liberais e construtivistas seguem populares na academia local e são usados como ponto de partida para se explicar a realidade atual” (BARBOSA, 2021, p. 12). Soma-se a isto a barreira linguística para o acesso a revistas mundialmente conhecidas na área. Ressalta-se, entretanto, que a ascensão do país como potência mundial no século XXI tem instigado os pesquisadores na criação de teorias com características chinesas. Isto é, de abordagens que conservem os aspectos históricos, filosóficos e culturais do país, mas que ajudem a explicar fenômenos da política internacional, através de metodologias e conceitos rigorosos.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (2010). **Non-Western International Relations Theory**, New York: Routledge.
- ANTUNES, Sandrina; CAMISÃO, Isabel. Realism. In MCGLINCHAY, Stephen; WALTERS, Rosie; SCHEINPFLUG, Christian (2017). **International Relations Theory**. Bristol: E-International Relations Publishing.
- BARBOSA, Pedro H. B. (2021). **O pensamento chinês e a teoria de Relações Internacionais: uma Escola Chinesa de RI?** Carta Internacional, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 1-22.
- BIAO, Zhang (2017). **Hans Morgenthau, Realist Theory of International Leadership, and the Future of Global Order**. Chin. Polit. Sci. Rev., v. 2, p. 512-530.
- CAIXETA, Maria B. (2018). **Por uma teoria latino-americana das Relações Internacionais: contribuições dos Estudos de Área**. In: Anais do 4º Seminário da Associação Brasileira de Relações Internacionais. Disponível em: <<https://www.seminario2018.abri.org.br/arquivo/downloadCaixeta>>. Acesso em: 04/08/2022
- CASTRO, Tales (2012). **Teorias das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.
- COX, Robert W. (2021). **Forças sociais, Estados e ordens mundiais: além da teoria de Relações Internacionais**. OIKOS, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 10-37. Tradução de Caio Contijo.
- COX, Robert W.; SINCLAIR, Timothy (1996). **Approaches to world order**. Cambridge: Cambridge University Press.
- DECOL, Jocieli; SILVA, Igor C. (2019). **O processo de teorização em Relações Internacionais no Brasil: uma análise a partir das produções em PUC-RJ e UFRGS**. Monções, v. 8, n. 15, p. 308-335.
- GILPIN, Robert (2001). **Global political economy: understanding the international economic order**. Princeton University Press.
- _____. (1981). **War & Change in World Politics**. Cambridge University Press.
- HENDLER, Bruno (2018). **O Sistema Sinocêntrico Revisitado. A sobreposição de temporalidades da ascensão da China no século XXI e sua projeção sobre o Sudeste Asiático**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado, PEPI-UFRJ.
- KANG, David C. (2010). **East Asia before the West: five centuries of trade and tribute**. Nova York: Columbia University Press.
- LAKATOS, Imre (1998). **História da Ciência e suas Reconstruções Racionais. Trad. de Emília Picado Tavares Marinho Mendes**. Lisboa: Edições 70, p. 11-20.
- LEE, Ji-Young (2017). **China's hegemony: four hundred years of East Asian Domination**. Nova York: Columbia University Press.
- LI, Mingjiang (2008). **China Debates Soft Power. The Chinese journal of international politics**, v. 2, n. 2, p. 287-308.
- LI, Shaojun (2020). **International Politics Studies in China**. In: ZHANG, Yuyan (org.). Study on International Politics in Contemporary China.

- LIMA, Marcos Costa; ALBUQUERQUE, Tatiane Sousa de; BARBOSA, Victor; NASCIMENTO, Danillo Rafael Batista do (2020). **As Universidades Chinesas e as Relações Internacionais**. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v. 5, n. 3, p. 5-24, dez.
- MARINI, Rui M. (2017). **Dialética da Dependência. Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 325–356.
- MENDES, Pedro E. (2019). **O nascimento das Relações Internacionais como Ciência Social: uma análise comparada do mundo Angloamericano e da Europa Continental**. Austral, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 21-53.
- MONTENEGRO, Renan H. (2015). **Debates Teóricos no campo das Relações Internacionais na China**. Mural Internacional, v. 6, n. 2, p. 230-244, jul-dez.
- MORGENTHAU, Hans J. (2003). **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Tradução de Oswaldo Biato. Brasília: Editora Universidade de Brasília (IPRI – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais). 1152 p.
- NYE, Joseph (2011). **The Future of Power**. PublicAffairs. 235 p.
- _____. (1990). **Bound to lead: the changing nature of American power**. 1 ed. New York: Basic Books. 302 p.
- PEREIRA, Demetrius C.; ROCHA, Rafael A. (2014). **Debates teóricos em Relações Internacionais: origem, evolução e perspectiva do “embate” Neo-Neo**. Monções, v. 3, n. 6, p. 313-328.
- QIN, Yaqing (2021). **Mudanças na ordem mundial: da hegemonia ao multilateralismo inclusivo**. Cankao Xiaoxi. Disponível em: <<http://m.cankaoxiaoxi.com/zhiku/20210323/2438236.shtml?fr=mb>>. Acesso em: 30/05/22.
- _____. (2018). **A Multiverse of Knowledge: Cultures and IR Theories**. The Chinese Journal of International Politics, p. 415-434.
- _____. (2012). **Culture and global thought: Chinese international theory in the making**. Revista CIDOB d’Afers Internacionals, n.100, p. 67-89.
- _____. (2010). **Why Is There No Chinese International Relations Theory?** In ACHARYA, Amitav; BUZAN, Barry (eds). Non Western International Relations Theory, New York: Routledge, p. 26–50.
- _____. (2007). **Why is there no Chinese international relations theory?** International Relations of the Asia-Pacific, v. 7, n. 3, p. 313-340.
- REYES HERRERA, Milton Alfredo (2018). **A projeção política da República Popular da China: o caso da América do Sul, 2002-2015**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Economia Política Internacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: UFRJ.
- SATO, Eiiti (2015). **Os cursos de Relações Internacionais e as perspectivas profissionais no Brasil**. Centro Universitário Jorge Amado. Disponível em: <http://www.institutodehumanidades.com.br/arquivos/ensino_rel_2015.pdf>. Acesso em: 01/08/2022
- SHU, Min (2011). **Balancing in a Hierarchical System: Pre-Colonial Southeast Asia and the Tribute System**. Waseda Global Forum, no. 8, pp. 1-30.
- VIGEVANI, Tullo; MARTINS, Aline Regina Alves; MIKLOS, Manoela; RODRIGUES, Priscila (2011). **A contribuição marxista para o estudo das Relações Internacionais**. Lua Nova, São Paulo, v. 83, p. 111-143.
- VIGEVANI, Tullo; THOMÁZ, Laís F.; LEITE, Lucas B (2014). **As Relações Internacionais no Brasil: notas sobre o início de sua institucionalização**. Inter Relações, Faculdade Santa Marcelina, ano 14, n. 40.
- VIOTTI, Paul R.; KAUPPI, Mark V. (2012). **International Relations Theory. 5ª ed**. Pearson Education. 479 p.
- WENDT, Alexander (2013). **A anarquia é o que os Estados fazem dela: a construção social da política de poder**. Monções, v. 2. n. 3, p. 420-473.
- _____. (1999). **Social Theory of International Politics**. Cambridge Studies In International Relations, nº 67.
- WU, You (2018). The rise of China with cultural soft power in the age of globalization. Journal of Literature and Art Studies, v. 8, n. 5, p. 763-778.
- YAN, Xuetong (2020). **IR Moral Realism’s Epistemology**. India Quarterly, p. 1-5.
- _____. (2019). **Leadership and the Rise of Great Powers**. Princeton University Press. 294 p.
- _____. (2016). **Political Leadership and Power Redistribution**. The Chinese Journal of International Politics, p. 1-26.
- _____. (2013). **La competición entre China y Estados Unidos por el liderazgo mundial**. In YAQING, Qin; XUETONG, Yan. Pensamiento Chino y Relaciones Internacionales: dos miradas. Documentos CIDOB.
- _____. (2010). **Are China’s Ancient Philosophers Relevant to China’s Modern Rise?** Wilson Center. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/event/are-chinas-ancient-philosophers-relevant-to-chinas-modern-rise>>. Acesso em: 25/11/22
- ZHANG, Feng (2009). **Rethinking the ‘Tribute System’: broadening the conceptual horizon of Historical East Asian Politics**. Chinese Journal of International Politics, Vol. 2, pp. 545–574.

- ZHAO, Tingyang (2019). **Redefining A Philosophy for World Governance**. Tradução de Liqing Tao. Singapore: Palgrave Macmillan.
- _____ (2009). **A Political World Philosophy in terms of All-under-heaven (Tian-xia)**. Diogenes, v. 221, p. 5-18.
- ZHAO, H. (2017). **Chinese and global security firms see big opportunities in Belt and Road Initiative**. CGTN, April 24. Disponível em: <news.cgtn.com/news/3d41444f35557a4d/share_p.html>. Acesso em: 14/09/22
- ZHANG, J. (2015). **China's new foreign policy under Xi Jinping: towards 'Peaceful Rise 2.0'?** Global Change, Peace & Security, v. 27, n. 1.
- ZHENG, Y. (2018). **First China-Africa Defense & Security Forum concludes**. CGTN, July 10. Disponível em: <news.cgtn.com/news/3d3d514f31457a4e78457a6333566d54/share_p.html>. Acesso em: 14/09/22